

CRI Centro de Recursos para a Inclusão

Questões sobre a prevalência e aprovação de apoios



CRI Centro de Recursos para a Inclusão

Questões sobre a prevalência
e aprovação de apoios



Ficha Técnica

Título CRI - Centro de Recursos para a Inclusão
Questões sobre a prevalência e aprovação de apoios

Edição Humanitas - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental
Praça de Londres, 9, 4.ºesq. 1000-192 Lisboa
21 845 3510
humanitas@humanitas.org.pt
www.humanitas.org.pt

Co-autores Dr. Luís Correia – Presidente da Direção
Dr. Luís Rodrigues – Vice-presidente da Direção
Dr.ª Rosa Moreira – Secretária da Direção
Dr. Rui Ramos – Tesoureiro da Direção
Dr.ª Lurdes Fernandes – Vogal da Direção
Prof. Paula Pinto

Coordenação Editorial Dr.ª Maria Helena Colaço – Diretora de Serviços da HUMANITAS

Data de edição Dezembro 2016

Tiragem 500 exemplares

Design gráfico UP - Agência de Publicidade

Siglas

CRI Centro de Recursos para a Inclusão
AE Agrupamento de Escolas
PEI Plano Educativo Individualizado
PIT Plano Individual de Transição
CAO Centro de Atividades Ocupacionais
CFP Centro de Formação Profissional
TO Terapia Ocupacional
TF Terapia da Fala
FT Fisioterapia
Psí Psicologia
Psicom Psicomotricidade

Índice

Agradecimentos	4
Instituições que participaram no estudo	4
Preâmbulo	5
Introdução	8
CRI e seu Enquadramento	8
O estudo permitiu...	8
Inquérito	8
CRI/ agrupamentos	9
Terapias/ aprovações	13
Localização de intervenção - PIT	15
Custos	15
Considerações finais	19

Agradecimentos

INR - Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

Prof. Paula Pinto

Instituições Filiadas na HUMANITAS

Instituições que participaram no estudo

CEERIA - Alcobaça

APPACDM de Évora

APPACDM de Lisboa

APPACDM de Santarém

APPACDM de Viana do Castelo

APPACDM de Vila Nova de Gaia

APPACDM de Viseu

CASCI - Ílhavo

APPACDM de Sabrosa

APPACDM da Marinha Grande

ASSOL - Oliveira de Frades e Lafões

IRIS - Braga

Nós - Lavradio



Preâmbulo

A Questão dos CRI na Realidade Educativa em Portugal

A nossa Federação tem estado desde o início do trabalho, que resultou na criação dos Centros de Recursos para a Inclusão, muito envolvida neste processo.

Muitas das nossas filiadas avançaram e desenvolveram, ainda algum tempo antes da celebração do “Protocolo de Colaboração – Centros de Recursos para a Inclusão”, subscrito pela então Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), Confederação Nacional para a Deficiência Mental (CODEM), Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPC), Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI), Federação Portuguesa de Autismo (FPA), União dos Centros de Recuperação Infantil do Distrito de Santarém e Outros (UNICRISANO), e HUMANITAS, diversos projetos de apoio às escolas, enquadrados pela portaria 1102/97 de 3 de novembro.

Na sequência do protocolo referido anteriormente passámos a integrar a Comissão de Acompanhamento dos CRI, que funciona junto da Direção Geral de Educação (DGE).

Atualmente, subsistem ainda, no território nacional, várias zonas que não se encontram completamente cobertas / abrangidas pelo trabalho dos CRI.

Já se realizaram dois processos de acreditação de Centros de Recursos. O primeiro para o período 2009/2013, tendo as candidaturas sido realizadas entre 15/09/2008 e 15/10/2008, e o segundo para 2013/2017, tendo as candidaturas sido realizadas entre 06 e 20/05/2013 e 15/10/2008. Em princípio, terá de ser realizado, este ano letivo, um novo processo.

A rede atual é constituída por 90 CRI distribuídos da forma que se segue:

HUMANITAS – 19

FENACERCI – 35

UNICRISANO – 9

FAPC – 8

FAPPDA – 2

ASSOCIAÇÕES / FUNDAÇÕES / IPSS – 17

No ano letivo 2015/16 estes 90 CRI apoiaram 18 081 alunos e geriram um orçamento de 10 491 232,84€.

Do primeiro para o segundo processo foram incluídos profissionais de apoio que não constavam do primeiro concurso bem como a eliminação da exigência da existência do núcleo técnico de referência fixo. Passou a ser suficiente a declaração sob compromisso de honra de que à data de início de funcionamento da parceria CRI / AE a equipa técnica de referência estaria devidamente constituída.

A abertura de um novo processo de acreditação tem de se encarar com algum cuidado uma vez que pode criar problemas de sustentabilidade a muitas das organizações que se encontram no terreno e foram assumindo, nestes anos, compromissos com a colocação de colaboradores nos quadros, em resultado de políticas de estabilização das equipas, com vista à realização de um trabalho técnico competente e profissional junto dos AEs. Nesta matéria é de salientar que quer os AE quer os CRI identificaram, no estudo de Avaliação das Políticas Públicas – Inclusão de

Alunos com Necessidades Educativas Especiais: o Caso dos Centros de Recursos para a Inclusão, levado a cabo, em 2015, pelo Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), como fator facilitador do trabalho em equipa a estabilidade das equipas.

Temos também bem presente que os Avisos para os processos de acreditação integram **objetivo geral, objetivos específicos e áreas chave de intervenção**, com os quais estamos de acordo e relativamente aos quais todos devemos perceber se estamos a trabalhar para a sua concretização.

Objetivo geral

- apoiar a inclusão das crianças e jovens com deficiências e incapacidade, em parceria com as estruturas da comunidade, no que se prende com o acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada indivíduo.

Objetivos específicos

- apoiar a elaboração, a implementação e a monitorização de programas educativos individuais;
- criar e disseminar materiais de trabalho de apoio às práticas docentes, nos domínios da avaliação e da intervenção;
- consciencializar a comunidade educativa para a inclusão de pessoas com deficiências e incapacidade;
- promover e monitorizar processos de transição da escola para a vida pós-escolar de jovens com deficiências e incapacidade;
- mobilizar as entidades empregadoras e apoiar a integração profissional;
- promover os níveis de qualificação escolar e profissional, apoiando as escolas e os alunos;
- promover a formação contínua dos docentes;
- promover ações de apoio à família;
- promover a participação social e a vida autónoma;
- conceber e implementar atividades de formação ao longo da vida para jovens com deficiências e incapacidade;
- apoiar o processo de avaliação das situações de capacidade por referência à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF);
- e promover acessibilidades.

Áreas-chave de intervenção

- apoio à avaliação especializada das crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente;
- apoio à execução de atividades de enriquecimento curricular, designadamente a realização de programas específicos e prática de desporto adaptado;
- apoio à elaboração, implementação e acompanhamento de programas educativos individuais;
- desenvolvimento de respostas educativas no âmbito da educação especial, entre outras, ensino do Braille, do treino visual, da orientação e mobilidade, terapias, acompanhamento psicológico e ensino da língua gestual portuguesa;
- apoio à transição dos jovens para a vida pós-escolar, nomeadamente para o emprego;
- desenvolvimento de ações de apoio à família;

- produção de materiais com conteúdos de apoio ao currículo em formatos acessíveis;
- e apoio à utilização de materiais adaptados e de tecnologias de apoio.

Perante o que acabamos de referir, escrito pelo Ministério da Educação, através da DGE, perguntamos que papel tem tido o Ministério da Educação e as suas estruturas, DGE, DGESTE, na sua implementação uma vez que:

- Nunca se chegou a uma definição precisa de um modelo de financiamento que fosse aceite pelas organizações representadas na Comissão.
- Ainda não conseguimos, como todos sabem, a estabilização de um modelo que:
 - Concretizasse o que foi estabelecido no longínquo protocolo de 2008 bem como nos avisos a que nos vimos referindo;
 - Estabilizasse o rácio de alunos a apoiar tendo em conta as taxas de incidência das várias deficiências a nível nacional e internacional.
 - Estabelecesse critérios de financiamento gerais que fossem claros e conhecidos de todos.
 - Considerasse custos de coordenação e administrativos;
 - Financiasse as deslocações, e considerasse tempos para as mesmas, de acordo com o que está estabelecido na Lei;

O Ministério tem optado sempre por uma concessão de apoios, e de meios financeiros para os executar, minimalista.

Em 2015/16, na sequência da publicação do estudo “Avaliação das Políticas Públicas – Inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais: O Caso dos Centros de Recursos para a Inclusão”, encomendado pelo Ministério da Educação ao CRPG, são publicados outros trabalhos que visam proporcionar ao trabalho técnico, um pouco por todo o país, algum fio condutor e até alguma metodologia:

- Necessidades Especiais de Educação – Parceria entre a Escola e o CRI: Um a estratégia para a Inclusão;
- Manuais de Apoio à prática intitulados “Necessidades Educativas Especiais –o psicólogo, o fisioterapeuta, o terapeuta da fala e o terapeuta ocupacional em Contexto Escolar”
- WEBINARs de divulgação destes Manuais de Apoio à prática promovidos pela DGE.
- A fase seguinte tem a ver com a necessidade absoluta de enquadrar, através da publicação de um normativo legal, os CRI no sistema educativo, definindo os princípios a que deve obedecer esta parceria bem como os meios que são disponibilizados, e a forma de atribuição dos mesmos, às organizações envolvidas.

Como vemos esta é uma realidade que precisa que continuemos a debruçar-nos atentamente sobre ela:

- Construção de Modelo que visa a inclusão.
- Analisar a importância que se dá ao CRI dentro de cada uma das nossas organizações?
- Que influência tem o CRI na escola e qual a profundidade da sua intervenção.
- Como é operacionalizada a relação dos técnicos do CRI com professores, famílias e alunos?
- Que metodologias de intervenção usam cada um dos CRIs?
- Estudo da incidência das várias deficiências e incapacidades. Dados Internacionais e Nacionais.

Em resumo

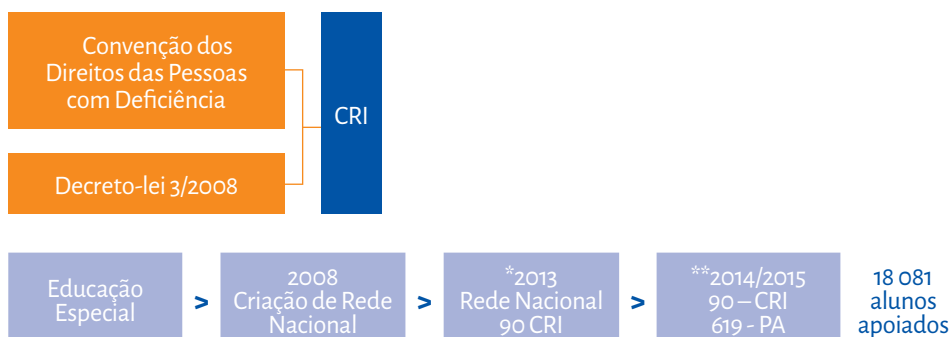
Devemos procurar construir um posicionamento estratégico claro em relação a este trabalho.

Introdução

OBJETIVOS

- Validar as políticas de apoio do ME para alunos com NEE;
- Aferir taxas de incidência com base no nº de alunos propostos e nº alunos aprovados;
- Analisar se a taxa de aprovação é consonante com a de prevalência.

CRI e seu Enquadramento



* Alargamento da Rede Nacional

**ME

O estudo permitiu...

- Fazer um breve retrato da situação de CRI relativa ao ano letivo 2015/2016;
- Conhecer o custo/médio por aluno, por terapia, por PIT e compará-lo nos diferentes AE que se submeteram ao estudo;

Teve por base dados objetivos: nº de alunos, propostas, aprovações e orçamento e estes são os resultados obtidos ...

Inquérito

O inquérito foi elaborado com o objetivo de recolher junto dos CRI das Associações filiadas na Humanitas os dados que permitissem cumprir os objetivos definidos no projeto.

- Aferir taxas de incidência com base no nº de alunos propostos e nº alunos aprovados;
- Analisar se a taxa de aprovação é consonante com a de prevalência.

Foram enviados inquéritos às 19 filiadas que se constituem como Centros de Recursos para a inclusão e desenvolvem planos de ação junto de Agrupamentos de Escolas.

	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUNDÁRIO
Nº de alunos matriculados AG				
Nº de alunos apoiados pela E.E.				
Nº de alunos propostos para CRI				
Nº de alunos autorizados para CRI				

		SIM (Nº)	NÃO (Nº)				
Os apoios são prestados em contexto Escolar							
	PSI	TF	TO	FT	PSICOMOTICIDADE	OUTRA	PIT
Nº de terapias/apoios propostos							
Nº de terapias/apoios autorizados							
Nº DE PIT PROPOSTOS							
Nº DE PIT AUTORIZADOS							
	ESCOLA (Nº)		COMUNIDADE (Nº)		INSTITUIÇÃO (Nº)		
Local de realização de PIT							
OUTROS APOIOS SOLICITADOS							
€							
Orçamento solicitado para terapias							
Orçamento solicitado para PIT							
Outros custos candidatados							
Orçamento suportado pelo Ministério para Terapias							
Orçamento suportado pelo Ministério para PIT							
Orçamento Total recebido							

CRI/ agrupamentos

Enviados questionários a 100% dos CRI (19) de filiadas a Humanitas recebeu 13 inquéritos.

Estes 13 CRI que remeteram o inquérito constituem 68% dos CRI das filiadas da HUMANITAS e representam parceria com 96 agrupamentos distribuídos da seguinte forma:

ZONA NORTE – 45 agrupamentos apoiados por 4 CRI

ZONA CENTRO – 22 agrupamentos apoiados por 4 CRI

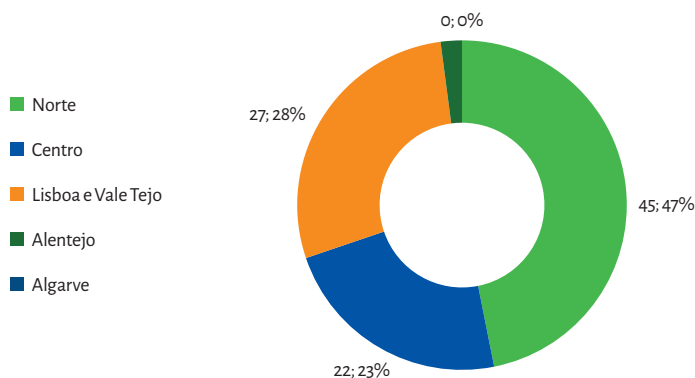
ZONA LISBOA E VALE DO TEJO – 27 agrupamentos apoiados por 4 CRI

ZONA ALENTEJO – 2 Agrupamentos apoiados por 1 CRI

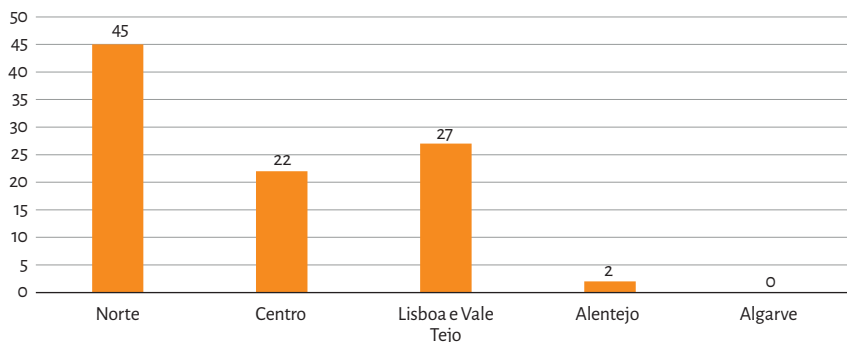
ZONA ALGARVE – 0 agrupamentos

Os CRI que participaram neste estudo surgem normalmente identificados pela Região a que pertencem.

Agrupamentos por zona



Agrupamentos/ região



Estes 13 CRI representam 68% dos CRI das Filiadas da HUMANITAS

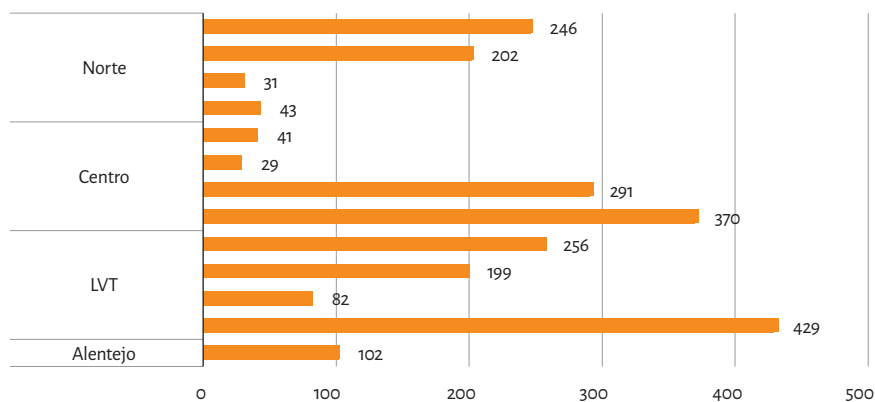
13 CRI com parceria com ...
...96 Agrupamentos apoiando ...
...2 321 alunos no valor de ...
1 463 446,40€

Resumidamente

Os CRI que se submeteram ao trabalho de comparação apoiam no seu conjunto:

- 2 321 crianças e jovens distribuídas pelos diferentes agrupamentos.

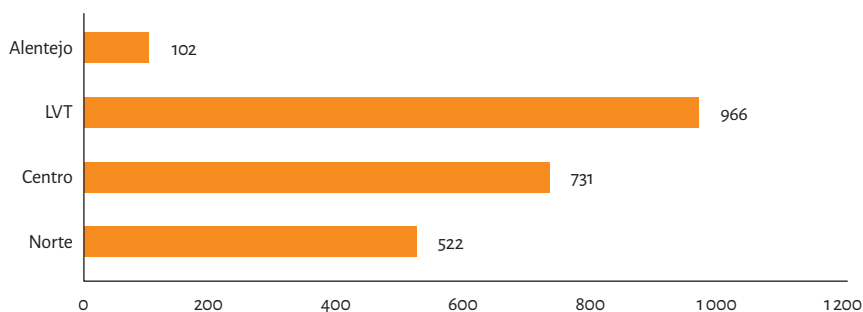
Nº de alunos apoiados/ CRI



ZONA	CRI	ALUNOS
NORTE	APPACDM de Sabrosa	
	APPACDM de Vila Nova de Gaia	
	APPACDM de Viana do Castelo	
CENTRO	IRIS - Braga	
	ASSOL - Oliveira de Frades e Lafões	
	APPACDM de Viseu	
	APPACDM da Marinha Grande	
LISBOA E VALE DO TEJO	CASCI - Ílhavo	
	APPACDM de Lisboa	
	Nós - Lavradio	
	APPACDM de Santarém	
ALENTEJO	CEERIA - Alcobaça	
	APPACDM de Évora	
TOTAL		2 321

Recorrendo apenas aos dados facultados pelos diferentes CRI e tendo em linha de conta que os da zona Norte apoiam 47% dos AE em estudo, o nº de alunos 522 é muito inferior ao nº de alunos apoiados, 966, pelos CRI de Lisboa e Vale do Tejo.

Número de alunos por região



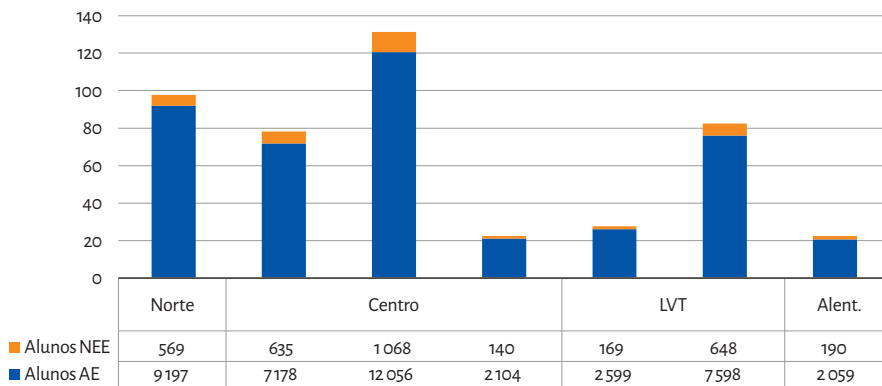
De qualquer forma esta observação direta dos nº carece de confirmação do grupo de alunos matriculados em cada AE em estudo.

Do conjunto de 13 CRI não foi possível recolher dados gerais de alunos matriculados por agrupamento em 5 dos CRI o que impossibilitou a produção da % prevalência de alunos em apoio nos CRI em estudo.

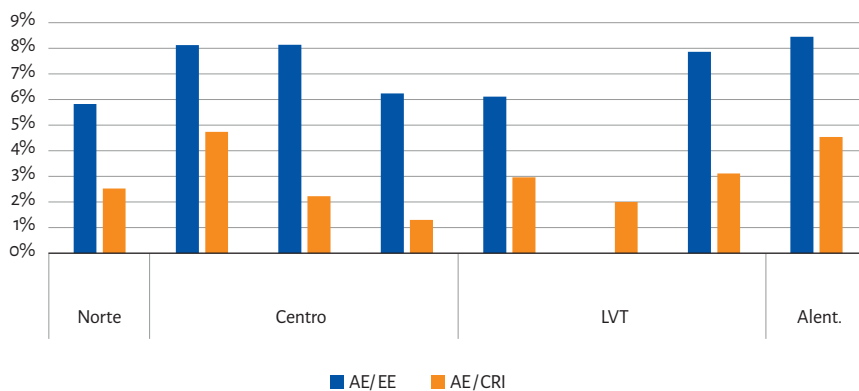
De qualquer modo no conjunto dos 8 CRI pode concluir-se que a % de alunos em apoio varia entre 1% e 5%.

Em média e nos 8 CRI que responderam a esta questão a % fica-se nos 3%.

Alunos AE



Prevalência de alunos...



Terapias/ aprovações

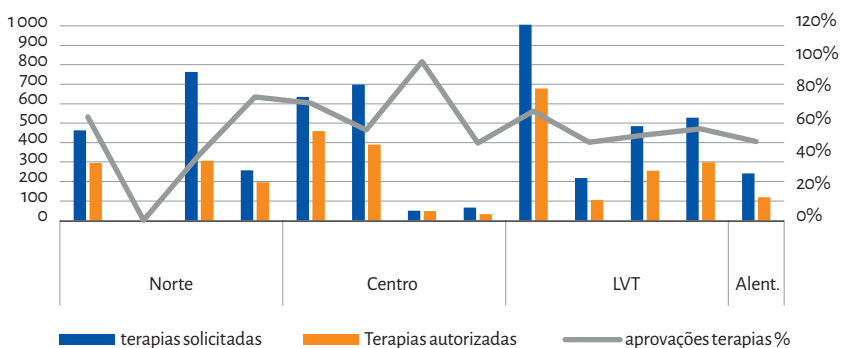
Considera-se apoio especializado o apoio terapêutico prestado no âmbito da Psicologia, da Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Educação Especial e Reabilitação.

O tipo de apoio tem de estar previsto no Programa Educativo Individual (PEI).

Comparando o nº de terapias propostas e o nº de terapias autorizadas (sem PIT) pode verificar-se que:

Foram solicitadas 5 406 e autorizadas 3 181 o que resulta numa percentagem de aprovação de 62%. Se verificado CRI a CRI podemos concluir que a percentagem de aprovações varia entre os 40% e os 98%.

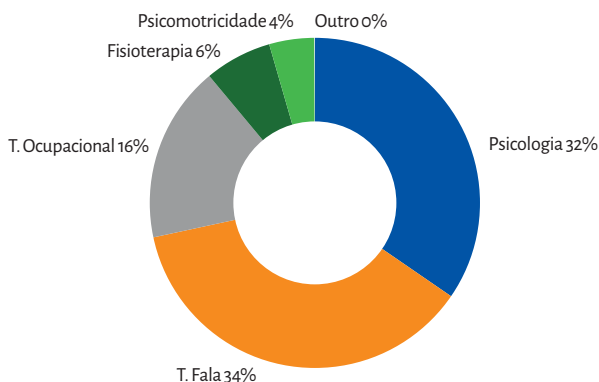
Terapias



No conjunto das terapias propostas a Terapia da Fala e a Psicologia ficam com a maior percentagem dos apoios atribuídos.

A Psicomotricidade é a Terapia menos utilizada no conjunto dos apoios.

Terapias



Há referência de outras terapias solicitadas como: Hidroterapia, Hipoterapia mas que não obtiveram aprovação, tendo sido atribuído apenas um apoio de Natação Adaptada.

Relativamente aos PIT:

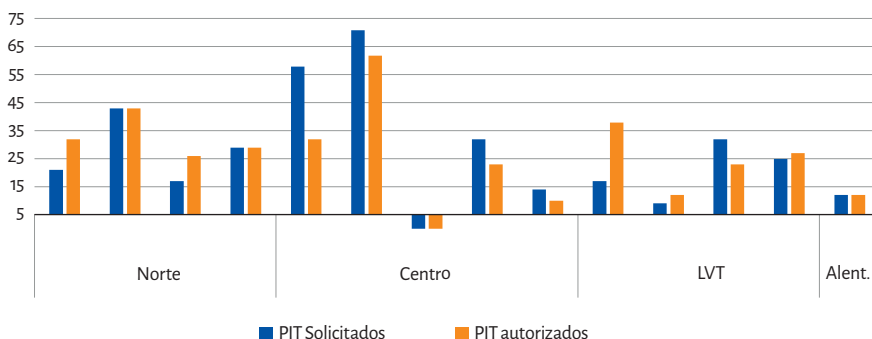
Os PIT - Planos Individuais de Transição desenvolvem-se nos últimos anos da Escolaridade obrigatória e têm como objetivo :

- Sempre que os alunos apresentem necessidades educativas especiais de carácter permanente que os impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo comum, deve a escola, três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória, complementar o PEI com um Plano Individual de Transição (PIT) que deve consubstanciar o projeto de vida do aluno, para uma vida em sociedade com adequada inserção social e familiar ou numa instituição que desenvolva atividades de carácter ocupacional e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional;

Foram autorizados 369 PIT distribuídos pelos diferentes CRI, sendo de salientar que:

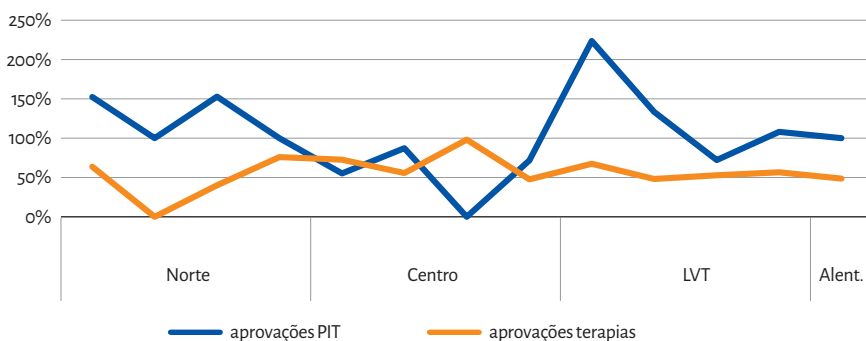
- Um CRI na Zona Norte apenas tem desenvolvido PIT num total de 43;
- Um CRI na Zona Centro não tem desenvolvido nenhum PIT no conjunto de 29 alunos apoiados.

PIT



Frequentemente as aprovações ultrapassam os PIT propostos pelos próprios agrupamentos.

Percentagens de aprovações



A percentagem de aprovações de PIT é frequentemente superior à % de aprovações de Terapias solicitadas.

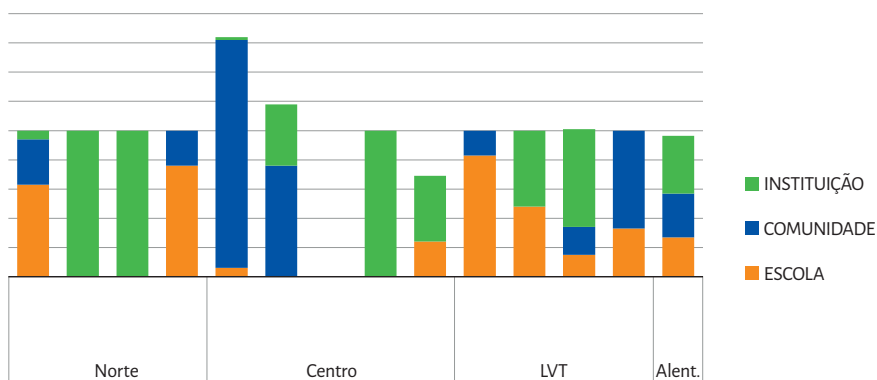
Localização de intervenção - PIT

Com base na informação recebida e relativamente aos apoios prestados de PIT talvez seja de referir que a maioria se desenvolve entre a Escola e a Comunidade continuando a existir intervenção de um grupo considerável no seio de Instituições.

Há igualmente 5 CRI que não desenvolvem PIT na Comunidade, o que pode indiciar;

- Uma opção técnica dos diferentes intervenientes - Docentes, Equipa CRI e famílias;
- Um elevado comprometimento das capacidades de participação dos alunos envolvidos;
- Uma limitada sensibilização da comunidade envolvente para estas questões.

Local de desenvolvimento de PIT



Há pelo menos 2 CRI que desenvolvem mais PIT que os que estão aprovados. Um CRI referiu menos PIT que os que lhe estavam atribuídos. Referem-se também 4 casos de PIT não desenvolvidos por falta de aceitação das famílias dos alunos (Alcobaça).

Custos

Relativamente a custos disponibilizados para este tipo de intervenção, e com base no tratamento dos dados recolhidos é possível obter:

Custo médio por aluno - obtido na divisão da totalidade das verbas recebidas pelo número de alunos apoiados. Não foram tidas em linha de conta as especificidades de cada aluno que consequentemente produzem intervenções diversificadas e muitas vezes múltiplas.

Custo médio por terapia- obtido na divisão da verba recebida para a área terapêutica pelo número de alunos apoiados por estas intervenções.

Custo médio por PIT- obtido na divisão da verba recebida para esta intervenção pelo número de alunos apoiados. O custo resulta da divisão exata e não tem em linha de conta o local onde a intervenção teve lugar.

Assim, relativamente aos custos podemos verificar:

Custo médio por aluno

O custo medio varia entre 929,42 € num CRI da Zona de Lisboa e Vale do Tejo e os 263,26 € num dos CRI da Zona Norte.

Custo médio por terapia

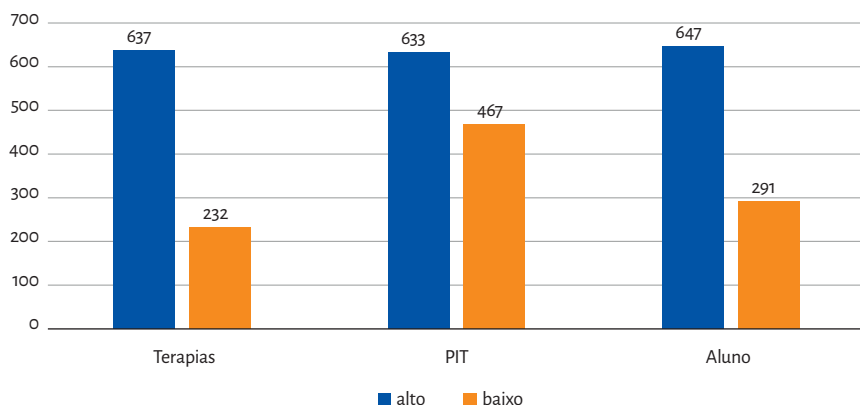
O custo médio por terapia varia entre 636,70 € do CRI CASCI, no Agrupamento de Ílhavo e os 231,90 € em dois diferentes CRI da Zona Centro.

Custo médio por PIT

O Custo médio de PIT por CRI varia entre 632,69 € num CRI da Zona Norte e os 466,67 € num CRI da Zona de Lisboa e Vale do Tejo.

Relativamente aos custos/PIT por agrupamento os valores variam entre os 666,67 € num CRI da Zona Centro, e os 300,00 € pagos a um CRI da Zona de Lisboa e Vale do Tejo.

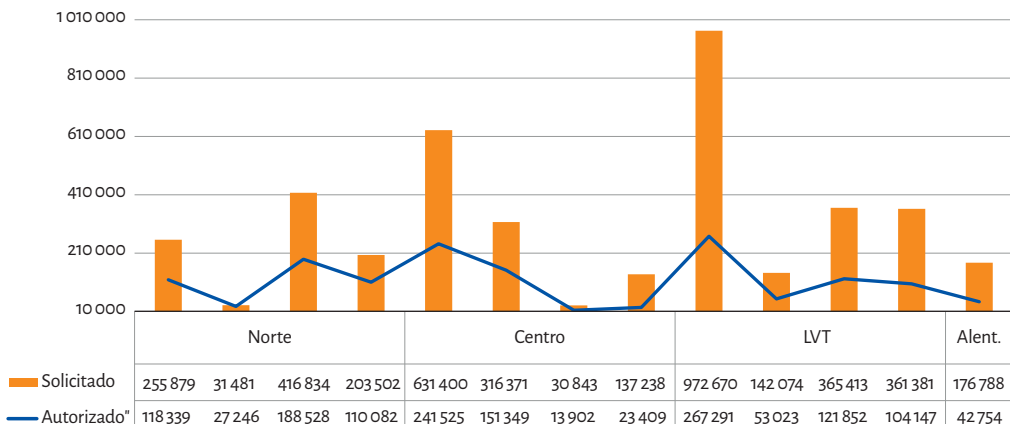
Custos médios



Relativamente a outros custos foram tidas em conta as deslocações de técnicos e um CRI colocou a necessidade de um técnico de Serviço Social, sendo que este técnico não foi aprovado.

ZONA	SOLICITADO	AUTORIZADO
NORTE	255 879	118 339
	31 481	27 246
	416 834	188 528
	203 502	110 082
CENTRO	631 400	241 525
	316 371	151 349
	30 843	13 902
	137 238	23 409
LISBOA E VALE DOTEJO	972 670	267 291
	142 074	53 023
	365 413	121 852
ALENTEJO	361 381	104 147
	176 788	42 754

Orçamento geral



...2321 alunos no valor de ...
1 463 446,40 €
...com custos médios de 631€ por aluno/ano

Questões /Comentários /Sugestões

O Inquérito submetido abria igualmente um espaço para que os diretores dos CRI sugerissem alterações ou fizessem comentários que considerassem pertinentes.

Dos 13 CRI participantes apenas 5 sugerem alterações possíveis que aqui transcrevemos:

Zona Centro

“Seria desejável a deslocação dos técnicos à Escola nas situações em que os encarregados de educação não têm possibilidade de assegurar o transporte;

Uma maior articulação entre os técnicos e o Agrupamento (no início do ano letivo justificava-se uma reunião conjunta, para planificar a intervenção em função do perfil dos alunos e no final do ano nova reunião para fazer o balanço da intervenção e projetar o ano seguinte).”

“É importante em cada agrupamento encontrar o justo equilíbrio entre o tempo para apoios diretos, consultoria e avaliações, no sentido de conseguir que o CRI tenha uma presença forte junto da Direção, dos professores e pessoal não docente e seja reconhecido como importante para a escola. O CRI não pode ser só uma empresa de cedência de recursos humanos às escolas. So para isso seria uma perda de tempo e de recursos.”

“Definição de tempos de sessão mínimos de 45 minutos;

Inclusão na aprovação de tempos para as deslocações dos técnicos e reuniões com a Comunidade Escolar (Docentes, Assistentes Operacionais e Encarregados de Educação);

Transparência no processo de decisão de atribuição de apoios especializados e respetivos orçamentos.“

Lisboa e Vale do Tejo

“Menor número de apoio diretos e maior de horas disponíveis para apoios indiretos a profissionais da educação, encarregados de educação, reuniões de equipa alargada.”

“Definição do tempo de intervenção direta com alunos e do tempo para intervenção indireta, de modo a que haja um procedimento idêntico em todas as parcerias.

Integração do tempo de deslocações, entre as escolas do Agrupamento, dentro da intervenção não direta, de modo a uniformizar procedimentos.

Obrigatoriedade de avaliação conjunta (Agrupamento/CRI) a enviar ao Ministério da Educação.”

Considerações finais

Finalizado que foi este breve estudo ficam no ar diferentes questões das que podem e devem ser tidas em linha de conta e que depois de trabalhadas e avaliadas podem ser pontos de partida para novos estudos ou mesmo para lançar novas linhas orientadoras.

Apoios disponibilizados

- Os apoios disponibilizados estão tipificados não parecendo haver lugar para novas áreas de intervenção?... (tipos de apoio solicitados e não autorizados);
- Quais os fatores que influenciam o custo das terapias /aluno e que obrigam a uma variação tão acentuada dos montantes recebidos?

PIT

- Qual o real custo atribuído ao desenvolvimento do PIT seja na comunidade ou na Instituição?
- O que leva a Escola Inclusiva a desenvolver PIT no seio duma Instituição?

Se o objetivo é:

- serem colocados em CAO - quantos alunos conseguiram de facto lugar neste tipo de Resposta?
- serem colocados em CFP - quantos destes estão, depois da Escolaridade obrigatória, a fazer formação profissional? Em que tipo de Centros de Formação Profissional?

2016/2017

Serão possíveis linhas de investigação/trabalhos futuros:

- Fazer o levantamento da situação atual dos jovens apoiados pelos PIT no ano 2015/2016 e que completaram 18 anos;
- Verificar a eficácia produzida pela intervenção ... sugerir alterações!
- Avaliar o impacto produzido por intervenções de 45m, agora que foi aberta a possibilidade de serem desenvolvidas em grupo.







www.humanitas.org.pt



Projeto Cofinanciado pelo Programa de Financiamento a Projetos pelo INR, I.P.



Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.